

08/08/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[UnB condena projeto para universidades](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Doria e seu governo viram tema de estudo em material distribuído para escolas estaduais](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Desafios à inovação](#)

[Legado](#)

[MEC bloqueia R\\$ 348 mi de material didático e livros.](#)

[Moeda de troca da reforma, crédito extra está bloqueado](#)

O GLOBO - RJ

[No MEC, livros didáticos sofrem bloqueio de R\\$ 348,4 milhões](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[MEC corta verba de livros](#)

[Curso presencial voltará a crescer em 2020](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Fiquei surpreso, diz petista escolhido por Bolsonaro como reitor da UFRB](#)

DESTAK

[MEC bloqueia R\\$ 349 mi para livros didáticos](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Parceria tenta tirar educação do vermelho](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

[MEC bloqueia mais R\\$ 348 milhões](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Por reforma da Previdência, Educação perde quase R\\$ 1 bi](#)

[Há uma diferença de projetos, diz presidente da UNE após encontro com ministro da Educação](#)

AGÊNCIA VALOR

[Por reforma da Previdência, Educação perde quase R\\$ 1 bilhão](#)

[MEC ainda deve R\\$ 350 milhões do programa de livros de literatura](#)

[Por reforma da Previdência, Educação perde quase R\\$ 1 bilhão](#)

BLOG DO LAURO JARDIM

[Weintraub pede e Moro manda Força Nacional ao MEC por causa de greve](#)

G1

[MEC bloqueia R\\$ 348,4 milhões para compra, produção e distribuição de livros didáticos](#)

PORTAL EXAME

[MEC bloqueia R\\$ 348 milhões do orçamento de livros e materiais didáticos](#)

PORTAL ISTOÉ

[Future-se : consulta pública entra na última semana](#)

R7

[Conheça quais são os melhores cursos de EAD do país](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Future-se - consulta pública entra na última semana](#)

[MEC bloqueia R\\$ 348 milhões do orçamento de livros e materiais didáticos](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[MEC bloqueia R\\$ 348 milhões do orçamento de materiais didáticos](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[MEC bloqueia orçamento de livros](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[MEC aciona Polícia Federal para apurar indício de ataque a sistemas do ministério](#)

Agências de notícias e sites

AGORA - MS

[Pibid de Educação Física da UNIGRAN realiza oficina de materiais pedagógicos](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Justiça autoriza emprego da Força Nacional em apoio ao Ministério da Educação](#)

AGÊNCIA FOLHA

[MEC aciona Polícia Federal para apurar indício de ataque a sistemas do ministério](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC aciona Polícia Federal para apurar indício de ataque a sistemas do ministério](#)

[Contingenciamento ou corte nas universidades? Explicamos](#)

[Bloqueio de R\\$ 348,4 milhões do MEC será em livros didáticos](#)

CORREIO WEB

[MEC aciona Polícia Federal para apurar indício de ataque a sistemas do ministério](#)

R7

[Justiça autoriza emprego da Força Nacional em apoio ao Ministério da Educação](#)

TERRA

[Justiça autoriza emprego da Força Nacional em apoio ao Ministério da Educação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Justiça autoriza emprego da Força Nacional em apoio ao Ministério da Educação](#)

[Weintraub sobre cortes orçamentários: Nada vai ser afetado](#)

[Moro autoriza que Força Nacional faça segurança do prédio do MEC em dia de protesto](#)

[Weintraub sobre cortes orçamentários: Nada vai ser afetado](#)

[Insatisfeita após reunião com Weintraub, UNE quer mobilizar 80 cidades](#)

[Weintraub sobre cortes orçamentários: 'Nada vai ser afetado'](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA

UnB condena projeto para universidades

Representantes de professores e servidores da instituição formalizam ao MEC posição contrária ao programa Future-se. Para docentes, projeto viola a autonomia universitária ao permitir que organizações sociais sejam contratadas

Professores e servidores da Universidade de Brasília (UnB) protocolaram ontem, no Ministério da Educação, um ofício contra o programa Future-se, por meio do qual a pasta pretende captar recursos da iniciativa privada para as universidades federais e ampliar a presença das instituições no cenário internacional. A ação foi organizada pela Comissão de Defesa da UnB, que engloba o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub) e a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB). O documento também foi assinado pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), por membros do Conselho Universitário (Consuni) e por dois representantes dos estudantes da UnB.

Segundo Luis Antônio Pasquetti, presidente da AdUnB, a Comissão de Defesa da UnB é contra o programa em três aspectos específicos. O primeiro diz respeito às organizações sociais, que poderão ser contratadas pelas universidades se o Future-se entrar em vigor. O segundo ponto é a nova forma de contratação de professores e técnicos, que, com o projeto, poderá ser feita com base na CLT, e não por meio de concurso público. Já o terceiro aspecto crítica a cobrança de mensalidade na pós-graduação, proposta presente no texto do Future-se. Além de realizarem debates conjunturais, os sindicatos representantes das categorias da universidade acionaram suas assessorias jurídicas para verificar a legalidade do projeto Future-se.

Leandro Madureira, advogado especialista em direito público que compõe a assessoria jurídica da ADUnB, afirmou que a principal “afrenta jurídica” do projeto diz respeito à autonomia universitária. “A Constituição diz que as universidades públicas devem ter autonomia tanto administrativa quanto financeira. A partir do momento em que permite que uma organização externa conduza projetos de empreendedorismo, desenvolvimento, governança, o Future-se viola a garantia constitucional da autonomia das universidades”, afirmou.

Um abaixo-assinado contra o programa Future-se também foi entregue ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, por dirigentes da União Nacional dos Estudantes (UNE). Os estudantes pediram o descontingenciamento de verbas de universidades públicas, mais investimentos para as instituições, a regulamentação do ensino superior privado, o impedimento de cobranças abusivas em instituições particulares e cortes de bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Segundo o presidente da UNE, Iago Montalvão, a reunião com o ministro, porém, “não obteve nenhum encaminhamento prático”. O Secretário executivo do Ministério da Educação, Antônio Paulo Vogel, discordou das críticas ao Future-se e ressaltou que o MEC se encontra “aberto para receber consultas”. Vogel explicou ainda que o contingenciamento de verbas no setor se deve à necessidade de ajustar as contas públicas.

Novos cortes

O Ministério da Educação (MEC) bloqueou R\$ 349 milhões do orçamento que seriam destinados na aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos para a educação básica (ensinos infantil, fundamental e médio e a educação de jovens e adultos). A área é tida como prioritária pelo próprio governo. Os dados foram obtidos pela ONG Contas Abertas, baseados nas informações do Sistema Integrado de administração financeira (Siafi).

O governo tem meta fiscal a cumprir de R\$ 139 bilhões negativos (deficit) fixada pelo Congresso. No fim de julho, o governo federal havia anunciado um contingenciamento de R\$ 1,44 bilhão em vários ministérios (Cidadania, Economia, Meio Ambiente, entre outros) para tentar se adequar.

* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Doria e seu governo viram tema de estudo em material distribuído para escolas estaduais

Projeto tucano vira exercício de português; secretaria aborta impressão de apostila, mas usa versão digital

Material didático produzido pela gestão João Doria (PSDB) para escolas da rede estadual paulista reproduz texto de divulgação do governo e pede ao aluno, na resposta a um dos exercícios, que escreva o nome do tucano.

O conteúdo está na coleção Aprender Sempre, de reforço na aprendizagem de português e matemática, na edição destinada a estudantes do 5º ano do ensino fundamental.

Após questionamento da Folha, a Secretaria da Educação afirmou que suspendeu a impressão da publicação. A versão digital dela, porém, chegou a ser disponibilizada para as escolas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/material-didatico-do-governo-de-sao-paulo-traz-anuncio-de-acao-de-doria.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Desafios à inovação

O Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês) engajou pesquisadores e gestores do Brasil e dos EUA para investigar as oportunidades para a inovação no Brasil. O resultado, no livro *Innovation in Brazil* (a ser lançado em português), combina desde microperspectivas sobre empresas a panoramas de políticas públicas, na ótica de disciplinas como sociologia, ciências políticas, economia, engenharia e urbanismo.

O histórico do Brasil em pesquisa e desenvolvimento é ambivalente. Há casos de sucesso, como a exploração de petróleo ou a produção de motores flex e jatos regionais. O investimento em inovação, equivalente a 1,3% do PIB, é o dobro da média latino-americana e um pouco maior que o dos Brics (1,1%). Corresponde, porém, a metade da média da OCDE e é acentuadamente baixo em relação à iniciativa privada. No Índice Global de Inovação, o País está na 66.ª posição, com desempenho razoável em Capital Humano (48.ª) ou Sofisticação dos Negócios (40.ª), mas ruim em Instituições Políticas (80.ª) e Sofisticação do Mercado (84.ª).

A pesquisa destaca cinco pontos críticos – “as dificuldades em aplicar e subsidiar créditos e isenções fiscais; a rigidez dos regulamentos e o isolamento da economia global; a necessidade de desenvolver uma pesquisa acadêmica translacional;

a instabilidade política causada pela alta rotatividade no governo; e a necessidade de financiar organizações de pesquisa e tecnologia” – e cinco orientações para enfrentá-los.

Primeiro, remodelar o engajamento na economia global em relação à inovação, o que implica reduzir barreiras a tecnologias de ponta e a imigrantes qualificados, e promover políticas para atrair inovação de multinacionais e colaborações derivadas de investimentos estrangeiros.

Depois, alinhar políticas industriais e de inovação. Se o desenvolvimentismo fomentado historicamente pelo País criou cadeias e mercados de trabalho, também restringiu o acesso a insumos de tecnologia e inibiu a capacidade inovadora dos produtores. Não se

trata de desfazer as políticas existentes, mas de corrigi-las e complementá-las com estratégias de inovação.

Um terceiro tema é o financiamento. O modelo estatista é prolífico em instituições públicas voltadas para a inovação. Porém, o presidencialismo de coalizão as submete às lideranças amadoras e voláteis apontadas pelos partidos, resultando em baixo desempenho e coordenação. Casos de sucesso, como Embraer ou Embrapa, são isolados e dispersos. Institutos como o Senai Inovação, a Mobilização Empresarial pela Inovação ou o Centro de Engenharia da Fapesp vêm contornando os vícios do estatismo. A Embrapii, uma organização social federal, prevê um conselho formado por membros da iniciativa privada e da academia, transfere a institutos de pesquisa avalizados as decisões sobre os projetos e vincula seus parceiros à aplicação de recursos em inovação.

Em quarto lugar, é preciso fortalecer nas universidades a capacidade translacional, isto é, a interpenetração entre as pesquisas teóricas e as aplicadas, com mais parcerias com a indústria, mais capacidade de patenteamento e licenciamento e menos tarifas sobre insumos necessários à pesquisa e desenvolvimento.

O último tema é a promoção de setores estratégicos. As políticas gerais de inovação no Brasil tendem a se dissipar nos ciclos e convulsões governamentais. Mais eficientes foram as ações com alvo certo. Serão ainda mais, se melhor combinadas à iniciativa privada e dirigidas a áreas nas quais o País já é forte, como a agropecuária, ou promissor, como a energia renovável, ou àquelas pouco integradas à economia global, mas nas quais ele tem experiência e pode ser competitivo, como eletrônicos, têxteis e alimentos processados.

Todas essas possibilidades, contudo, dependem de uma renovação de fundo. Nos países desenvolvidos, a contribuição da iniciativa privada aos sistemas de inovação é maior e decisiva. Se o Brasil não desconstruir sua cultura desenvolvimentista, seguirá perseguindo o desenvolvimento de longe.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Legado

O deputado João Campos (PSB-PE) se inspirou no pai ao apresentar uma emenda ao Orçamento para barrar contingenciamentos na Ciência e Tecnologia. Quando ministro, Eduardo Campos (morto em 2014) lutou para preservar os recursos da pasta.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC bloqueia R\$ 348 mi de material didático e livros.

O Ministério da Educação (MEC) bloqueou R\$ 348,4 milhões de produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica. O valor corresponde ao contingenciamento (bloqueio) da pasta anunciado em julho pelo governo federal como parte de um pacote de cortes de R\$ 1,442 bilhão em diversas pastas.

Os dados foram levantados com base no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) pela ONG Contas Abertas. O custo bloqueado da Educação era voltado também a acervos para bibliotecas, softwares, jogos educacionais e materiais sobre gestão escolar, incluindo formatos acessíveis.

Em abril, a gestão Jair Bolsonaro já havia anunciado o bloqueio de R\$ 5,8 bilhões do MEC. Essa medida levou a protestos nas ruas de professores e alunos em várias regiões do País.

No Siafi, a ação que teve contingenciamento é descrita como uma forma de “ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem”, com objetivo de “desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida” e “formação cidadã”.

Governo. Em nota, o MEC afirmou que a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica estão garantidas para 2020. Ainda conforme a pasta, o Programa Nacional do Livro Didático tem cronograma específico de pagamento, “que não será afetado”. No caso de evolução positiva do cenário fiscal do Brasil, acrescenta o ministério, os valores poderão ser liberados.

O Programa Nacional do Livro Didático, de acordo com dados do próprio MEC, tem um orçamento anual de aproximadamente R\$ 1,62 bilhão e distribui quase 154 milhões de livros em todo o Brasil.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Moeda de troca da reforma, crédito extra está bloqueado

Verba de R\$ 3 bi remanejada pelo governo para garantir aprovação da Previdência depende de novas receitas para poder ser liberada

BRASÍLIA

Moeda de troca na votação da reforma da Previdência em segundo turno, os R\$ 3 bilhões remanejados pelo governo para atender a ministérios e emendas parlamentares ainda dependem de novas receitas para poderem ser de fato liberados.

As verbas canceladas para dar espaço no Orçamento às novas despesas já estavam congeladas pela necessidade de o governo apertar o cinto para cumprir a meta fiscal diante da arrecadação menor que o previsto.

O projeto que remaneja os recursos foi encaminhado na terça-feira em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), a tempo da votação da reforma no plenário da Câmara em segundo turno. Na exposição de motivos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, explica que “as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, já que advêm de bloqueio efetivado”, citando o decreto de programação orçamentária que implementa bloqueios nos gastos.

Hoje, mais de R\$ 30 bilhões estão bloqueados no Orçamento porque, com arrecadação menor, o governo precisou apertar o cinto para garantir o cumprimento da meta fiscal, que permite déficit de até R\$ 139 bilhões. Sem o bloqueio, o governo descumpriria essa meta.

De acordo com uma fonte da área econômica, os ministérios foram alertados de que é preciso obter novas fontes de recursos para conseguirem o desbloqueio e efetivamente pagar as novas despesas.

‘Caixa sem o presente’. Entre parlamentares de centro, o fato era desconhecido e foi

descrito como se o governo tivesse “entregado uma caixa de presente sem o presente dentro”. O Ministério da Economia confirmou que as novas dotações começam bloqueadas. “Inicialmente, o crédito, se aprovado, terá suas dotações bloqueadas. Posteriormente, o Poder Executivo pode vir a remanejar os bloqueios a fim de viabilizar a execução do crédito em questão ou aumentar o limite orçamentário, em caso de melhora da situação fiscal do País”, disse o ministério, em nota ao Estadão/Broadcast.

Remanejamento. Com o projeto de lei que remaneja recursos, o governo direcionou R\$ 841,6 milhões para a Defesa, R\$ 732 milhões para a Saúde, R\$ 700 milhões para o Desenvolvimento Regional (que cuida do Minha Casa Minha Vida), R\$ 421,15 milhões para Agricultura, R\$ 230 milhões para Educação (sobretudo para a área de educação básica) e R\$ 116,9 milhões para o Ministério da Cidadania.

Para abrir esse espaço no Orçamento, o governo propôs o cancelamento de R\$ 1,16 bilhão em despesas da Educação que já estavam congeladas – boa parte delas integravam o orçamento das universidades federais. Os cortes nas verbas dessas instituições foram alvos de protesto no início do ano, aos quais o ministro da Educação, Abraham Weintraub, rebateu afirmando que o contingenciamento poderia ser revertido se houvesse melhora na situação fiscal.

Direcionamento. O projeto também propõe o cancelamento de R\$ 756,96 milhões em despesas da Infraestrutura, R\$ 485,232 milhões do Desenvolvimento Regional e R\$ 224 milhões da Agricultura. Alguns ministérios foram alvo de corte e ao mesmo tempo contemplados com novas dotações porque o governo precisa, às vezes, direcionar o recurso de uma ação para outra dentro da própria pasta, e isso deve ser detalhado no projeto.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

No MEC, livros didáticos sofrem bloqueio de R\$ 348,4 milhões

Ministério afirma que valor pode ser liberado em caso de "evolução positiva" do cenário fiscal do país; medida impacta cadeia produtiva do setor

O Ministério da Educação (MEC) bloqueou R\$ 348,4 milhões que seriam aplicados na produção, aquisição, distribuição de livros e de materiais didáticos e pedagógicos da Educação Básica, área considerada prioritária pelo ministro Abraham Weintraub. O bloqueio ocorre para atender ao novo contingenciamento de R\$ 1,44 bilhão, anunciado pelo governo federal em julho. Na época, o governo divulgou que o MEC deveria bloquear justamente R\$ 348,47 milhões (24,1% do total) de seu orçamento.

Os dados são do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira). Os números foram divulgados pelo G1 e pela ONG Contas Abertas que, desde o anúncio do novo contingenciamento, monitora o sistema para saber quais áreas serão afetadas. Após reunião com integrantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), o secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, explicou o motivo do bloqueio:

— Esse contingenciamento a gente acredita que vai ser descontingenciado ali na frente, e esse montante não afeta em nada a distribuição do livro didático, e se agente não fizesse aqui, iria ter que fazer em um outro local que teria um impacto maior — disse.

O secretário afirmou, também, que a pasta apenas segue o que é determinado pelo Ministério da Economia, responsável por definir os valores que devem ser bloqueados.

— Se eu não fizer o contingenciamento, sou punido por improbidade administrativa. Ninguém faz isso (contingenciar) porque quer ou porque gosta. Eu vou contingenciar o quê? Mais das universidades? Mais ainda nas bolsas da **Capes**? Onde enxergo que posso postergar um pouco mais, coloco ali naquela rubrica — defendeu.

MERCADO "DESORIENTADO"

O bloqueio pegou os envolvidos na produção de livros didáticos de surpresa. Entre eles há o consenso de que a decisão vai trazer problemas para toda a cadeia produtiva. Sobretudo para o mercado editorial, que há anos atravessa uma forte crise. As vendas para o governo representam uma parcela muito relevante do faturamento das editoras, sobretudo por causa do Programa Nacional do Livro Didático (PLND), que responde por quase a totalidade dos pedidos. Segundo a pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro, no ano passado, o governo foi responsável por comprar R\$ 1,4 bilhão em livros.

João Scortecci, diretor setorial editorial da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf), diz que o setor está "perplexo, desorientado e sem saber no que acreditar".

— Essa medida vai gerar um efeito dominó. Além das editoras, o bloqueio vai prejudicar muito as gráficas, que são a última engrenagem do negócio do livro.

Scortecci afirma que a crise do mercado editorial já tinha gerado por volta de 20 mil demissões entre os gráficos. E estima que a produção de livros didáticos movimentava cerca de R\$ 120 milhões e represente aproximadamente 40% de todo o faturamento da área. Scortecci critica a falta de diálogo por parte do MEC. Ele diz também que os empresários do ramo estão abertos a conversar com representantes da pasta para chegar a uma solução para o impasse.

A reportagem perguntou ao MEC qual é a abrangência da medida, se deverá afetar estudantes que estão em aula ou se vai atingir as turmas do próximo ano, e também qual o cronograma para a produção de material didático. O ministério respondeu com uma nota, que não estipula prazo para o desbloqueio da verba:

"O Ministério da Educação informa que a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica estão garantidos para 2020. O Programa Nacional do Livro Didático possui um cronograma específico de pagamento que não será afetado. À medida de uma evolução positiva do cenário fiscal do país, observadas as diretrizes da gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público, esses valores podem ser objeto de descontingenciamento".

Os recursos contingenciados deveriam ir para obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, inclusive em formatos acessíveis. O objetivo é auxiliar o desenvolvimento da prática pedagógica e estimular a leitura e a escrita na educação básica.

A educação básica inclui os ensinos fundamental e médio e a educação de jovens e

adultos. O contingenciamento no MEC para o mês de agosto, com dados até o dia 5, também inclui bloqueio de R\$ 50 milhões para assessoramento e assistência técnica de organismos internacionais; R\$ 35 milhões para a avaliação da educação básica; e R\$ 9 milhões para bolsas e auxílios do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

MEC corta verba de livros

Curtas

O Ministério da Educação (MEC) ainda não pagou cerca de R\$ 350 milhões do programa do livros de literatura deste ano, cujas obras deveriam ter sido entregues no primeiro semestre nas escolas da rede pública.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6382343/curtas>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Curso presencial voltará a crescer em 2020

Após quatro anos de desaceleração, o volume de matrículas na graduação presencial deve interromper esse ciclo a partir de 2020. A expectativa é de uma variação positiva de 0,5% no próximo ano e crescimento de 2% em 2021.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6382369/curso-presencial-voltara-crescer-em-2020>

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA

Fiquei surpreso, diz petista escolhido por Bolsonaro como reitor da UFRB Último nome de lista tríplice, novo gestor diz que a comunidade tinha expectativa por 1ª colocada

A escolha do presidente Jair Bolsonaro (PSL) pelo menos votado entre os que compunham a lista tríplice para a ocupação do cargo de reitor da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) foi recebida com surpresa pelo professor Fábio Josué dos Santos, 43 anos, empossado nessa segunda-feira (5), em Brasília.

Fábio conta que já iniciou as apresentações à comunidade acadêmica na condição de reitor - título que, em suas próprias palavras, esperava ser recebido pela então vice-reitora Georgina Gonçalves, líder da votação, com 17 votos.

Ao CORREIO, o novo reitor, que integra o quadro docente da universidade há 11 anos, comentou que não sabe por que foi escolhido - o presidente tem autonomia, amparado pela legislação, para escolher qualquer um entre os três nomes. A decisão não considerou a maioria dos membros do Conselho Superior da instituição (Consuni), circunstância inédita na instituição. Em consulta interna, apenas três votos foram atribuídos a Fábio. À frente dele havia, ainda, a professora Tatiana Velloso, com cinco votos.

"É a primeira vez que o cargo é ocupado pelo terceiro nome da lista tríplice. Mas a legislação diz que o presidente tem livre escolha e não precisa se justificar. Fiquei surpreso quando recebi a notícia, sabia que havia uma expectativa da comunidade acadêmica pela professora Georgina, que teve a maioria dos votos", relata, ao explicar

que o Consuni é composto por 26 pessoas, entre reitor, vice-reitor, diretores de centros, pró-reitores, presidentes de câmaras, além de representantes de estudantes e servidores.

Único homem a compor a lista de indicados, enviada ao MEC no mês de março, Fábio foi questionado sobre a possibilidade da escolha do presidente estar relacionada a uma questão de gênero. De modo direto, o reitor respondeu que não tem "uma ideia específica do que motivou a decisão" de Bolsonaro, a quem reiterou a garantia de constitucionalidade.

"Meu nome estava lá e ele me escolheu, é o que a legislação aponta, não é um requisito que o reitor seja o mais votado", defende Fábio, que atualmente atuava como diretor do Centro de Formação de Professores do campus de Amargosa, no nordeste do estado, onde nasceu.

Como não encontrou com o presidente na cerimônia de posse, realizada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, Fábio não teve a oportunidade de conhecer as motivações da escolha. O novo reitor da Federal do Recôncavo é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual o presidente já se referiu como quadrilha. "Sim, sou filiado ao PT, agora se ele sabia ou não, eu realmente não sei".

Reitor foi empossado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub (Foto: Luis Fortes/MEC)

Imoralidade e autoritarismo

Uma carta aberta assinada por dez professores da instituição, direcionada aos servidores da universidade, incluindo o novo reitor, na madrugada desta quarta-feira, se refere à escolha do presidente como "uma agressão autoritária e preconceituosa à autonomia universitária". O documento, disparado para os e-mails de todos os servidores da UFRB, no entanto, classifica o reitor eleito como "um colega de alta estima e de honrada trajetória acadêmica, profissional e intelectual".

À reportagem, um dos autores da carta aberta, o professor de Sociologia e Ciências Sociais, Bruno Durães, explicou que a intenção do documento é "externar a agressão sofrida pelo Consuni, que não teve a opinião da maioria respeitada" pelo residente da República.

"O Conselho Superior sofreu um ataque, porque seria a primeira colocada, Georgina, a pessoa que deveria assumir a reitoria, mas não foi. Por qual razão ele escolheu o último? Gênero? Racismo?", indaga, ao reiterar que a professora liderou as indicações na consulta realizada entre os membros da academia.

Em nota pública, A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes), sob a representação do presidente, o reitor da Universidade Federal da Bahia (Ufba), João Carlos Salles, também defendeu que os mais votados é que devem assumir os cargos máximos nas reitorias das universidades.

"Nos próximos quatro anos, todas as universidades federais vivenciarão a renovação ou mudança de seus gestores. É essencial, então, afirmar publicamente a importância de serem conduzidos ao cargo de reitor ou reitora aqueles docentes autonomamente indicados no primeiro lugar pelo colégio eleitoral de suas respectivas universidades, sendo garantido assim um elemento definidor da democracia, que é o respeito à vontade

da maioria", destaca a nota.

Georgina assumiu o posto maior da universidade entre os dias 15 e 30 de julho, após o fim do mandato do ex-reitor, Silvio Luiz Soglia. Caso fosse nomeada, a professora seria a primeira mulher negra no cargo de reitora da universidade, fundada há 13 anos, com sede no município de Cruz das Almas. Em um dos primeiros trechos do documento, os docentes comentam sobre o impedimento de "uma mulher negra ser nomeada para uma função para a qual foi eleita pela Comunidade Universitária, de forma democrática e legítima".

"Esse impedimento não atingiu, portanto, apenas a professora Georgina Gonçalves, mas sim toda a Universidade e todo o projeto de construção da UFRB, nos quase 15 anos de sua existência. É uma decisão eivada de imoralidade, violência simbólica e autoritarismo (...) Foi uma atitude intervencionista. Isso precisa ser denunciado e dito com todas as letras, mesmo sendo uma decisão marcada pela legalidade", continua o conteúdo, em referência à constitucionalidade da nomeação.

Por fim, a carta reproduz texto público da própria Georgina, publicado no Facebook, que diz: "Não podemos ser ligeiros ou precipitados nessa análise, mas sim, investirmos todo nosso esforço de compreensão para entender o que aconteceu. Racismo? Homofobia? Misoginia? Nenhuma ingenuidade nos será perdoada".

Ao CORREIO, Fábio afirmou não ter conhecimento do conteúdo e circulação do manifesto dos colegas. Informou que uma agenda de compromissos já foi iniciada e que, a partir do próximo dia 19, início do período letivo, vai visitar os centros que compõem a UFRB, distribuídos em seis municípios, com a intenção de "dialogar e ouvir as demandas de todas as unidades, na perspectiva de construir".

topo ↕

DESTAK - BRASIL

MEC bloqueia R\$ 349 mi para livros didáticos

O Ministério da Educação bloqueou R\$ 348,4 milhões que deveriam ser aplicados na produção, aquisição, distribuição de livros e de materiais didáticos e pedagógicos da Educação Básica. O bloqueio ocorre para atender ao novo contingenciamento de R\$ 1,44 bilhão, anunciado pelo governo federal em julho. O ministério mais atingido foi o da Cidadania, que teve mais R\$ 619,166 milhões congelados. O segundo ministério mais atingido foi o MEC, com um corte de R\$ 348,471 milhões contingenciado.

Exatamente o valor bloqueado para a produção, aquisição e distribuição de livros. Em nota, o ministério da Educação, informou que "a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica está garantido para 2020". Ainda de acordo com a pasta federal, "o Programa Nacional do Livro Didático possui um cronograma específico de pagamento que não será afetado.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - GERAIS

Parceria tenta tirar educação do vermelho

Estado anuncia retomada de programa conjunto com instituto na tentativa de impulsionar performance de alunos, mas prevê que ainda assim desempenho ficará abaixo do esperado

Com um desempenho muito abaixo do esperado no principal indicador sobre a qualidade da educação no país, Minas aposta em resgate de parceria com a iniciativa privada para alavancar o ensino médio e voltar a figurar como uma das redes de

destaque no Brasil. O estado, que já foi referência em nível nacional, desde de 2013 não alcança a meta no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e, a cada ano, alarga-se o abismo entre os objetivos fixados e a realidade das escolas. Além de melhorar o aprendizado dos estudantes, intenção é reduzir desigualdades regionais e outro grande calcanhar de Aquiles do setor no ensino: a evasão escolar. Apesar de prever um salto nos próximos três anos, o estado continuará abaixo das metas estabelecidas até 2021.

Minas Gerais quer sair de um Ideb de 3,6 registrado para o ensino médio no ano passado para 4,28 em 2021. Já para este ano, a intenção é subir a pontuação para 3,88. As expectativas de aumento se mostram pouco ousadas, já que as metas anteriormente fixadas para a rede estadual de ensino no 3º ano do nível médio eram de 5 para 2019 e 5,6 para 2021. Em 2017, a meta era de 4,8. Na Região Sudeste, o estado tem o segundo menor Ideb na última etapa da educação básica, abaixo apenas do Rio de Janeiro (3,3). E está abaixo inclusive do índice brasileiro (3,8).

Ontem, o estado anunciou um conjunto de ações para melhorar a qualidade do ensino, com o programa Gestão pela Aprendizagem. A Secretaria de Estado de Educação vai contar com a colaboração técnica do Instituto Unibanco, por meio do programa Jovem de Futuro. O projeto oferece assessoria técnica, formação, análises educacionais, instrumentos e tecnologias de apoio às metodologias pedagógicas, além de promover trocas de experiências entre os profissionais da educação. Um dos primeiros passos para a reestruturação foi a adoção de um calendário escolar harmonizado para toda a rede de ensino. De acordo com o governo, com ele está sendo possível “ter um melhor planejamento e monitoramento das atividades no decorrer do ano letivo e das necessidades de cada estudante”.

Também foi feito acompanhamento de notas e frequência dos estudantes. Isso possibilitou levar de volta às salas de aula 15 mil alunos com alto número de ausências neste ano, por meio de busca ativa desses jovens pela direção das escolas. Serão feitas intervenções pedagógicas para que eles possam recuperar o tempo perdido e acompanhar os colegas.

O novo programa tem a metodologia do Instituto Unibanco e será implantado em 1.296 escolas do ensino médio, atendendo a mais de 500 mil estudantes. Até 2022, deve estar em toda a rede estadual de ensino, em suas 2.333 escolas, segundo a secretaria. Neste ano, 440 inspetores escolares, 1.296 diretores e 1.296 supervisores da rede estadual receberão a formação, bem como as equipes gestoras e técnicas das superintendências e da SEE.

RETOMADA “Temos que cuidar de vários pontos para que no fim se cumpra a missão do aprendizado”, afirmou ontem o governador Romeu Zema. “Acredito em protocolos e naquilo que funciona. Temos que deixar de lado questões ideológicas e partidárias e focar naquilo que deu certo”, disse. O Instituto Unibanco já atuou em parceria com a Secretaria de Estado de Educação em gestões anteriores. Desta vez, volta com a missão de personalizar os planos de cada escola, das superintendências regionais e de alinhá-los com o da própria secretaria.

“Redesenhar a gestão permite saltos significativos. Isso passa pelo diagnóstico de cada realidade e inclui desafios, como o de aprendizagem em matemática ou a gestão da

capacitação do professor”, ressaltou o superintendente do Instituto Unibanco, Ricardo Henriques. Ele destacou ainda a proficiência em português e matemática a partir do programa. “Com o Jovem de Futuro aprende-se 30% a mais em português do que normalmente ocorre no ensino médio. Em matemática, esse número sobe para 44%.”

A secretária de Estado de Educação, Júlia SantAnna, disse que será feito o acompanhamento da gestão escolar de cada colégio. “Vamos desmembrar as metas de cada escola, considerando as regiões nas quais estão localizadas”, disse. Minas é o sexto estado a receber o programa Jovem de Futuro, presente no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Goiás e Espírito Santo. Em Goiás, por exemplo, o ensino médio tem registrado crescimento no Ideb desde 2009, sempre acima da meta.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - GERAL

MEC bloqueia mais R\$ 348 milhões

O Ministério da Educação bloqueou R\$ 348,4 milhões da produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a Educação Básica. O valor corresponde ao contingenciamento da pasta anunciado em julho pelo governo federal como parte de um pacote de cortes de 1,442 bilhão em diversos ministérios.

Os dados foram levantados a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), do governo federal, pela ONG Contas Abertas.

O custo bloqueado da Educação era voltado também a acervos para bibliotecas, softwares, jogos educacionais e materiais sobre gestão escolar, inclusive em formatos acessíveis. Em abril, já havia sido anunciado o contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões da pasta.

No Siafi, a ação que teve corte é descrita como uma forma de “ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024”.

Em nota, o Ministério da Educação afirmou que “a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica está garantido para 2020”. “O Programa Nacional do Livro Didático possui um cronograma específico de pagamento que não será afetado. À medida de uma evolução positiva do cenário fiscal do país, observadas as diretrizes da gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público, esses valores podem ser objeto de descontinenciamento”.

Contingenciamento

Os Ministérios da Cidadania, da Educação e da Economia foram as pastas mais afetadas pelo novo contingenciamento (bloqueio de verbas) de R\$ 1,443 bilhão anunciado na semana passada. A distribuição dos cortes consta de decreto publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União nesta noite.

Pela legislação, o governo teria até o dia 30 de julho para editar um decreto definindo os novos limites de gastos por ministérios e órgãos. A pasta mais afetada foi a da

Cidadania, que perdeu R\$ 619,2 milhões. Em segundo lugar, vem o Ministério da Educação, com R\$ 348,5 milhões bloqueados. Em terceiro, está o Ministério da Economia, com R\$ 282,6 milhões retidos.

Em quarto lugar na lista, o Ministério do Turismo teve R\$ 100 milhões bloqueados. Foram afetados ainda os Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (-R\$ 59,8 milhões); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (-R\$ 54,7 milhões); das Relações Exteriores (-R\$ 32,9 milhões) e do Meio Ambiente (-R\$ 10,2 milhões).

Em contrapartida, duas pastas tiveram recursos liberados. O Ministério da Infraestrutura teve R\$ 60 milhões desbloqueados. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos ganhou R\$ 5 milhões. O valor total do contingenciamento não foi alterado. Nesses casos, as demais pastas tiveram recursos adicionais bloqueados para que esses ministérios pudessem ter verbas liberadas.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Por reforma da Previdência, Educação perde quase R\$ 1 bi R\$ 926 milhões estavam congelados e, com projeto de lei, foram remanejados para outras áreas

Quase um terço dos R\$ 3 bilhões que o governo Jair Bolsonaro (PSL) pretende remanejar para facilitar o pagamento de emendas parlamentares, em meio à negociação para aprovação da reforma da Previdência, devem sair do orçamento do MEC (Ministério da Educação).

Um projeto de lei foi encaminhado pelo Executivo na terça-feira (6) para garantir recursos para o pagamento de emendas (verbas para projetos e ações indicadas por parlamentares) negociadas na votação em primeiro turno da reforma da Previdência.

O texto do Executivo remaneja para outras áreas recursos que estavam bloqueados desde fevereiro. O maior impacto negativo é na Educação. O MEC perde R\$ 926 milhões, de acordo com o texto encaminhado.

São valores que estavam congelados mas sobre os quais havia, segundo o argumento recorrente do governo, a promessa de liberação futura caso houvesse melhora na economia. Entretanto, esses valores passam a ter outra destinação definitiva se o projeto for aprovado pelo Congresso.

Os R\$ 926 milhões representam 16% do total bloqueado no MEC neste ano, que soma R\$ 5,8 bilhões. Os remanejamentos previstos no projeto atingem, na área da Educação, ações como o apoio à manutenção da educação infantil, concessão de bolsas na educação superior e básica e apoio ao funcionamento de instituições federais de ensino.

Por outro lado, serão reforçados o orçamento para aquisição de veículos de transporte escolar e a rubrica de apoio à infraestrutura para a educação básica, em um valor total de R\$ 230 milhões.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente Bolsonaro têm repetido o discurso de que a educação básica é prioridade do governo, mas os cortes não têm poupado a etapa.

A Folha revelou em julho que o governo esvaziou ações e chegou a zerar repasses em programas como o apoio a educação em tempo integral e alfabetização.

No dia 30 de julho, o governo federal havia anunciado um novo bloqueio R\$ 348 milhões do orçamento do MEC como parte de um contingenciamento geral de R\$ 1,4 bilhão. O MEC decidiu provisionar esse congelamento específico no orçamento de produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos.

Em nota, a pasta afirma que a aquisição e distribuição de livros estão garantidas para 2020 e que o Programa Nacional do Livro Didático não será afetado. "À medida de uma evolução positiva do cenário fiscal do país, observadas as diretrizes da gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público, esses valores podem ser objeto de descontingenciamento", disse a nota.

Com relação ao projeto do Executivo que remaneja os recursos da pasta e impedem o descontingenciamento, o MEC afirmou que aguarda a votação do projeto. "As competências para a definição do orçamento federal são do Ministério da Economia", disse.

A pasta da Economia ressaltou em nota que o Ministério da Educação ainda tem recursos "superiores a R\$ 4,5 bilhões de dotações bloqueadas, que poderão vir a ser desbloqueadas em caso de recomposição de limite orçamentário". Também defendeu que a suplementação prevista no projeto "visa ao atendimento de despesas prioritárias".

Segundo nota encaminhada à reportagem, o decreto de fevereiro, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, permite que dotações orçamentárias bloqueadas possam ser anuladas para fins de abertura de créditos adicionais.

VELHA POLÍTICA X NOVA POLÍTICA

O envio do projeto para liberar R\$ 3 bilhões foi mais um capítulo da negociação política em busca de apoio para a Câmara aprovar a reestruturação das regras de aposentadoria e pensão. Na semana de análise da reforma em primeiro turno, o presidente Jair Bolsonaro liberou diversos lotes de emendas parlamentares, beneficiando bases eleitorais de deputados federais principalmente na área da saúde.

À época, ele negou que a liberação seja uma prática da "velha política", criticada por bolsonaristas.

Agora, em meio às negociações para a votação em segundo turno, o presidente enviou ao Congresso o projeto de lei que abre espaço no orçamento para diversos ministérios. Após a Educação, o Ministério da Infraestrutura é a pasta que tem o segundo maior impacto negativo. Está previsto um remanejamento de R\$ 756,9 milhões de seu orçamento, de acordo com o projeto do governo.

Já o Ministério da Defesa é o maior beneficiado, com um reforço de R\$ 763 milhões em seu orçamento. Terão reforço na pasta ações como a aquisição de helicópteros, de combustíveis e lubrificantes, compra de aeronaves e a construção de um submarino de propulsão nuclear.

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Há uma diferença de projetos, diz presidente da UNE após encontro com ministro da Educação

Weintraub convidou a entidade para uma reunião no MEC, que reivindicou o fim do contingenciamento das verbas para as universidades

BRASÍLIA — Integrantes da diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE) que se reuniram no fim da tarde desta quarta com o ministro da Educação , Abraham Weintraub , queixaram-se por não terem obtido "nenhum encaminhamento prático".

Os estudantes foram ao MEC para reivindicar o fim do contingenciamento de verbas para a área, que soma R\$ 6,1 bilhões e entregaram duas cartas ao ministro. Em uma delas, a entidade se manifesta contra o Future-se — projeto que busca reestruturar o financiamento às instituições de ensino superior públicas.

— Pedimos o descontingenciamento das verbas das universidades federais que, para nós, é urgente. O ministro não se comprometeu com o desbloqueio das verbas, disse que poderia, mas que é uma coisa que ele não pode ser comprometer. Há uma diferença de projetos para a universidade — disse Iago Montalvão, presidente da UNE.

O convite para o encontro partiu do próprio ministro —que, nas últimas semanas, vinha atacando a UNE em publicações irônicas em sua conta no Twitter. Segundo Montalvão, Weintraub se mostrou aberto ao diálogo.

— Enxergamos isso como uma conquista. O que os estudantes fizeram nas ruas desde maio gerou pressão para essa convocatória. O ministro mostrou que há essa possibilidade [de diálogo], mas nada foi formalizado. Vamos usar o mecanismo que nós temos, que é a organização das universidades. Essa é a maior pressão que a gente exerce — complementou.

Como forma de pressionar o governo, a entidade aposta em mobilizar manifestações nos próximos dias.

Future-se

Durante o encontro, que durou cerca de uma hora e meia, a UNE afirmou ser contra o Future-se e defendeu mais recursos da União para a educação.

— Nós acreditamos que o Future-se pode causar uma dependência das universidades da iniciativa privada, ao passo que mesmo que o ministério diga que não, acaba se desresponsabilizando pelo financiamento público. O que a universidade precisa é ampliar o financiamento público. Não basta o que existe hoje — afirmou Montalvão.

Assim como reitores, a UNE criticou a previsão de que as universidades possam optar fazer parcerias com organizações sociais, caso o projeto do governo seja levado adiante.

— Não ficou muito claro qual vai ser o papel das organizações sociais. Elas nos preocupam, porque podem interferir na autonomia universitária do ponto de vista de gestão, científico, porque para nós não é interessante que tenha uma entidade privada para gerir elementos importantes da universidade —, finalizou o presidente da entidade.

O secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, também participou do encontro e defendeu o Future-se, afirmando que ele vai ampliar a possibilidade de as instituições obterem receitas sem depender da União.

— As universidades vão continuar no modelo que existe hoje. Vão ficar inteiramente dependentes do orçamento público. Se ficar amarrada o tempo todo ao governo vai ficar sempre dependente da dinâmica financeira-orçamentária do governo. Não estamos tirando nada da universidade com o Future-se, estamos dando novas opções — finalizou.

*Estagiário sob supervisão de Eduardo Bresciani

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Por reforma da Previdência, Educação perde quase R\$ 1 bilhão

Por Folhapress

BRASÍLIA - Quase um terço dos R\$ 3 bilhões que o governo Jair Bolsonaro (PSL) pretende remanejar para facilitar o pagamento de emendas parlamentares, em meio à negociação para aprovação da reforma da Previdência, devem sair do orçamento do Ministério da Educação (MEC).

Um projeto de lei foi encaminhado pelo Executivo na terça-feira (7) para garantir recursos para o pagamento de emendas (verbas para projetos e ações indicadas por parlamentares) negociadas na votação em primeiro turno da reforma da Previdência.

O texto do Executivo remaneja para outras áreas recursos que estavam bloqueados desde fevereiro. O maior impacto negativo é na Educação. O MEC perde R\$ 926 milhões, de acordo com o texto encaminhado.

São valores que estavam congelados mas sobre os quais havia, segundo o argumento recorrente do governo, a promessa de liberação futura caso houvesse melhora na economia. Entretanto, esses valores passam a ter outra destinação definitiva se o projeto for aprovado pelo Congresso.

Os R\$ 926 milhões representam 16% do total bloqueado no MEC neste ano, que soma R\$ 5,8 bilhões. Os remanejamentos previstos no projeto atingem, na área da Educação, ações como o apoio à manutenção da educação infantil, concessão de bolsas na educação superior e básica e apoio ao funcionamento de instituições federais de ensino.

Por outro lado, serão reforçados o orçamento para aquisição de veículos de transporte escolar e a rubrica de apoio à infraestrutura para a educação básica, em um valor total de R\$ 230 milhões.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente Bolsonaro têm repetido o discurso de que a educação básica é prioridade do governo, mas os cortes não têm poupado a etapa.

A “Folha de S. Paulo” revelou em julho que o governo esvaziou ações e chegou a zerar repasses em programas como o apoio à educação em tempo integral e alfabetização.

No dia 30 de julho, o governo federal havia anunciado um novo bloqueio R\$ 348 milhões do orçamento do MEC como parte de um contingenciamento geral de R\$ 1,4 bilhão. O MEC decidiu provisionar esse congelamento específico no orçamento de produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos.

Em nota, a pasta afirma que a aquisição e distribuição de livros estão garantidas para 2020 e que o Programa Nacional do Livro Didático não será afetado. "À medida de uma evolução positiva do cenário fiscal do país, observadas as diretrizes da gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público, esses valores podem ser objeto de descontingenciamento", disse a nota.

Com relação ao projeto do Executivo que remaneja os recursos da pasta e impedem o descontingenciamento, o MEC afirmou que aguarda a votação do projeto. "As competências para a definição do orçamento federal são do Ministério da Economia", disse.

A pasta da Economia ressaltou em nota que o Ministério da Educação ainda tem recursos "superiores a R\$ 4,5 bilhões de dotações bloqueadas, que poderão vir a ser desbloqueadas em caso de recomposição de limite orçamentário". Também defendeu que a suplementação prevista no projeto "visa ao atendimento de despesas prioritárias".

Segundo nota encaminhada à reportagem, o decreto de fevereiro, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, permite que dotações orçamentárias bloqueadas possam ser anuladas para fins de abertura de créditos adicionais.

Velha política

O envio do projeto para liberar R\$ 3 bilhões foi mais um capítulo da negociação política em busca de apoio para a Câmara aprovar a reestruturação das regras de aposentadoria e pensão. Na semana de análise da reforma em primeiro turno, o presidente Jair Bolsonaro liberou diversos lotes de emendas parlamentares, beneficiando bases eleitorais de deputados federais principalmente na área da saúde.

À época, ele negou que a liberação seja uma prática da "velha política", criticada por bolsonaristas.

Agora, em meio às negociações para a votação em segundo turno, o presidente enviou ao Congresso o projeto de lei que abre espaço no orçamento para diversos ministérios. Após a Educação, o Ministério da Infraestrutura é a pasta que tem o segundo maior impacto negativo. Está previsto um remanejamento de R\$ 756,9 milhões de seu orçamento, de acordo com o projeto do governo.

Já o Ministério da Defesa é o maior beneficiado, com um reforço de R\$ 763 milhões em seu orçamento. Terão reforço na pasta ações como a aquisição de helicópteros, de combustíveis e lubrificantes, compra de aeronaves e a construção de um submarino de propulsão nuclear.

[topo](#)

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

MEC ainda deve R\$ 350 milhões do programa de livros de literatura

SÃO PAULO - O Ministério da Educação (MEC) ainda não pagou cerca de R\$ 350 milhões do programa do livro de literatura deste ano, cujas obras deveriam ter sido entregues no primeiro semestre nas escolas da rede pública. O governo chegou a informar, em janeiro, que os livros estavam sendo entregues de forma escalonada, em lotes que variavam de 20 a 50 unidades, nas escolas. No entanto, os livros ainda estão em depósitos, segundo a Abigraf, associação da indústria gráfica.

Esse montante se soma ao mais recente corte do MEC no valor de R\$ 348,4 milhões que seriam destinados ao mesmo programa para distribuição em 2020.

"Há um mês o governo disse que não haveria cortes no programa. Não dá para acreditar nesse governo. As editoras já compraram o papel, já fizeram investimentos e ainda não receberam nem o pagamento do programa de 2019", disse João Scortecci, presidente da Abigraf.

O programa de livros literários é atendido por cerca de 250 editoras, sendo que maior parte é de pequeno porte. Cerca de 100 delas já informaram, segundo fontes, que não participarão de outros programas devido ao atraso no pagamento.

Os livros de literatura, que podem ser em português ou inglês, são destinadas a estudantes das escolas públicas do país.

Procurado, o MEC não retornou até a publicação dessa nota.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Por reforma da Previdência, Educação perde quase R\$ 1 bilhão

BRASÍLIA - Quase um terço dos R\$ 3 bilhões que o governo Jair Bolsonaro (PSL) pretende remanejar para facilitar o pagamento de emendas parlamentares, em meio à negociação para aprovação da reforma da Previdência, devem sair do orçamento do Ministério da Educação (MEC).

Um projeto de lei foi encaminhado pelo Executivo na terça-feira (7) para garantir recursos para o pagamento de emendas (verbas para projetos e ações indicadas por parlamentares) negociadas na votação em primeiro turno da reforma da Previdência.

O texto do Executivo remaneja para outras áreas recursos que estavam bloqueados desde fevereiro. O maior impacto negativo é na Educação. O MEC perde R\$ 926 milhões, de acordo com o texto encaminhado.

São valores que estavam congelados mas sobre os quais havia, segundo o argumento recorrente do governo, a promessa de liberação futura caso houvesse melhora na economia. Entretanto, esses valores passam a ter outra destinação definitiva se o projeto for aprovado pelo Congresso.

Os R\$ 926 milhões representam 16% do total bloqueado no MEC neste ano, que soma R\$ 5,8 bilhões. Os remanejamentos previstos no projeto atingem, na área da Educação, ações como o apoio à manutenção da educação infantil, concessão de bolsas na educação superior e básica e apoio ao funcionamento de instituições federais de ensino.

Por outro lado, serão reforçados o orçamento para aquisição de veículos de transporte

escolar e a rubrica de apoio à infraestrutura para a educação básica, em um valor total de R\$ 230 milhões.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente Bolsonaro têm repetido o discurso de que a educação básica é prioridade do governo, mas os cortes não têm poupado a etapa.

A "Folha de S. Paulo" revelou em julho que o governo esvaziou ações e chegou a zerar repasses em programas como o apoio à educação em tempo integral e alfabetização.

No dia 30 de julho, o governo federal havia anunciado um novo bloqueio R\$ 348 milhões do orçamento do MEC como parte de um contingenciamento geral de R\$ 1,4 bilhão. O MEC decidiu provisionar esse congelamento específico no orçamento de produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos.

Em nota, a pasta afirma que a aquisição e distribuição de livros estão garantidas para 2020 e que o Programa Nacional do Livro Didático não será afetado. "À medida de uma evolução positiva do cenário fiscal do país, observadas as diretrizes da gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público, esses valores podem ser objeto de descontingenciamento", disse a nota.

Com relação ao projeto do Executivo que remaneja os recursos da pasta e impedem o descontingenciamento, o MEC afirmou que aguarda a votação do projeto. "As competências para a definição do orçamento federal são do Ministério da Economia", disse.

A pasta da Economia ressaltou em nota que o Ministério da Educação ainda tem recursos "superiores a R\$ 4,5 bilhões de dotações bloqueadas, que poderão vir a ser desbloqueadas em caso de recomposição de limite orçamentário". Também defendeu que a suplementação prevista no projeto "visa ao atendimento de despesas prioritárias".

Segundo nota encaminhada à reportagem, o decreto de fevereiro, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, permite que dotações orçamentárias bloqueadas possam ser anuladas para fins de abertura de créditos adicionais.

Velha política

O envio do projeto para liberar R\$ 3 bilhões foi mais um capítulo da negociação política em busca de apoio para a Câmara aprovar a reestruturação das regras de aposentadoria e pensão. Na semana de análise da reforma em primeiro turno, o presidente Jair Bolsonaro liberou diversos lotes de emendas parlamentares, beneficiando bases eleitorais de deputados federais principalmente na área da saúde.

À época, ele negou que a liberação seja uma prática da "velha política", criticada por bolsonaristas.

Agora, em meio às negociações para a votação em segundo turno, o presidente enviou ao Congresso o projeto de lei que abre espaço no orçamento para diversos ministérios. Após a Educação, o Ministério da Infraestrutura é a pasta que tem o segundo maior impacto negativo. Está previsto um remanejamento de R\$ 756,9 milhões de seu

orçamento, de acordo com o projeto do governo.

Já o Ministério da Defesa é o maior beneficiado, com um reforço de R\$ 763 milhões em seu orçamento. Terão reforço na pasta ações como a aquisição de helicópteros, de combustíveis e lubrificantes, compra de aeronaves e a construção de um submarino de propulsão nuclear.

topo ↕

BLOG DO LAURO JARDIM - BLOG

Weintraub pede e Moro manda Força Nacional ao MEC por causa de greve GOVERNO

Pela terceira vez neste ano, Sérgio Moro determinou que a Força Nacional de Segurança Pública faça a guarda do prédio-sede do Ministério da Educação, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, nos dias 12 e 13 de agosto. A razão é a convocação de uma greve nacional dos trabalhadores em educação convocada para o dia 13.

A autorização de Moro foi feita a partir de um pedido do ministro Abraham Weintraub.

A Força está destacada para ações de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio na defesa dos bens da União".

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC bloqueia R\$ 348,4 milhões para compra, produção e distribuição de livros didáticos

Medida ocorre para atender ao novo contingenciamento de R\$ 1,44 bilhão, anunciado pelo governo federal em julho.

O Ministério da Educação bloqueou R\$ 348,4 milhões que deveriam ser aplicados na produção, aquisição, distribuição de livros e de materiais didáticos e pedagógicos da Educação Básica, área considerada prioritária pelo ministro Abraham Weintraub.

O bloqueio ocorre para atender ao novo contingenciamento de R\$ 1,44 bilhão, anunciado pelo governo federal em julho. Na época, o governo divulgou que o Ministério da Educação deveria bloquear justamente R\$ 348,47 milhões (24,1% do total).

Os dados são do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira) e foram divulgados pela ONG Contas Abertas que, desde o anúncio do novo contingenciamento, monitora o sistema para saber quais áreas serão afetadas.

O G1 perguntou ao MEC qual a abrangência da medida, se deverá afetar estudantes que estão em aula ou se vai atingir as turmas do próximo ano, e também qual o cronograma para a produção de material didático.

O MEC informou que "a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica está garantido para 2020". Ainda de acordo com a pasta, "o Programa Nacional do Livro Didático possui um cronograma específico de pagamento que não será afetado. À medida de uma evolução positiva do cenário fiscal do país, observadas as diretrizes da gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público, esses valores podem ser objeto de descontingenciamento".

Os recursos contingenciados deveriam ir para obras didáticas e literárias, de uso

individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, inclusive em formatos acessíveis. O objetivo é auxiliar o desenvolvimento da prática pedagógica e de estimular a leitura e a escrita na educação básica.

A educação básica inclui os ensinos infantil, fundamental e médio e a educação de jovens e adultos.

O contingenciamento no MEC para o mês de agosto, com dados até o dia 5, também inclui bloqueio de R\$ 50 milhões para assessoramento e assistência técnica de organismos internacionais; R\$ 35 milhões para a avaliação da educação básica; e R\$ 9 milhões para bolsas e auxílios do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Contingenciamento no MEC

O MEC já havia anunciado um contingenciamento no final de março, quando o governo determinou o bloqueio de R\$ 5,8 bilhões em Educação, R\$ 5,1 bilhões na Defesa e R\$ 2,9 bilhões em emendas parlamentares.

Em abril, o MEC disse que iria reter R\$ 1,7 bilhão dos orçamentos das universidades. O bloqueio ocorreu sobre gastos não obrigatórios, como água, luz, terceirizados, obras, equipamentos e realização de pesquisas. Despesas obrigatórias, como assistência estudantil e pagamento de salários e aposentadorias, não foram afetadas.

Na época, o ministro Abraham Weintraub esclareceu que não estava cortando o orçamento, e sim contingenciando, e que os recursos seriam liberados se a economia do país melhorasse.

Entenda o corte de verba das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores

Educação básica é prioridade do governo

Em abril, um mês após assumir o MEC depois da exoneração do então ministro Ricardo Vélez Rodrigues, Abraham Weintraub disse em uma audiência na Comissão de Educação no Senado que a prioridade da sua gestão é a Educação Básica. O mesmo vinha sendo afirmado pelo presidente Jair Bolsonaro desde a eleição.

MEC vai priorizar educação básica, resultados e reconhecimento por mérito, diz ministro no Senado

Em julho, o MEC divulgou o "Compromisso Nacional pela Educação Básica", o documento que deve nortear as ações do governo na área.

O texto inclui pontos como a construção de 4,9 mil creches até 2022, ampliação da carga horária de escolas públicas para diminuir a evasão escolar, acesso à internet em escolas rurais, implantação de colégios cívico-militares e formação de professores da educação básica por meio de ensino a distância.

Os dados mais recentes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) apontam que 7 em cada 10 alunos do 3º ano do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática.

Mais da metade dos brasileiros de 25 anos ou mais não concluiu a educação básica, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2018.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC bloqueia R\$ 348 milhões do orçamento de livros e materiais didáticos Valor faz parte do contingenciamento de R\$ 1,4 bilhão em diversos ministérios anunciado em julho pelo governo federal

O Ministério da Educação bloqueou R\$ 348,4 milhões da produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a Educação Básica. O valor corresponde ao contingenciamento da pasta anunciado em julho pelo governo federal como parte de um pacote de cortes de 1,442 bilhão em diversos ministérios.

Os dados foram levantados a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), do governo federal, pela ONG Contas Abertas.

O custo bloqueado da Educação era voltado também a acervos para bibliotecas, softwares, jogos educacionais e materiais sobre gestão escolar, inclusive em formatos acessíveis. Em abril, já havia sido anunciado o contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões da pasta.

No Siafi, a ação que teve corte é descrita como uma forma de “ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024”.

Em nota, o Ministério da Educação afirmou que “a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica está garantido para 2020”.

“O Programa Nacional do Livro Didático possui um cronograma específico de pagamento que não será afetado. À medida de uma evolução positiva do cenário fiscal do país, observadas as diretrizes da gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público, esses valores podem ser objeto de descontingenciamento.”

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Future-se : consulta pública entra na última semana

Os cidadãos que pretendem contribuir para a construção do programa “Future-se” têm até as 23h59 do dia 15 de agosto para enviar as sugestões. De acordo com o Ministério da Educação, mais de 34 mil pessoas se cadastraram no sistema de consulta pública e mais de 10.900 comentários já foram recebidos pelo MEC. Lançado em 17 de julho, o “Future-se” tem como objetivo dar autonomia na gestão das universidades e institutos federais.

A consulta pública tem duas etapas. Na primeira, o participante pode escolher três opções para cada capítulo: “totalmente claro”, “claro com ressalvas” e “não está claro”.

Além disso, há espaço para incluir observações por escrito no fim de cada capítulo. Já na segunda etapa, o participante pode utilizar um campo de texto para fazer comentários gerais sobre o tema e enviar propostas.

Para participar, é preciso criar um cadastro com e-mail e CPF na plataforma da consulta pública, que pode ser acessada pelo portal do MEC. Somente os cadastrados podem participar da consulta. Os interessados precisam preencher um perfil, indicando sua cidade e estado, faixa etária, nível de escolaridade e ocupação.

* Com informações do Ministério da Educação

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Conheça quais são os melhores cursos de EAD do país Ranking inédito avaliou mais de 200 cursos em todo o Brasil, levando em conta a qualidade técnica e a reputação no mercado de trabalho

Escolher um curso à distância nem sempre é fácil. Muitas ofertas no mercado, mas nem sempre é possível saber se a qualidade corresponde às expectativas. No portal do MEC (Ministério da Educação) é possível conferir quais as instituições de graduação e pós são certificadas, mas não avalia cursos livres, por exemplo. Para ajudar os estudantes nesse processo de escolha, foi lançado um ranking inédito que reúne cursos EAD de todo o país.

“Ao contrário do que acontece com os cursos presenciais - contemplados por rankings universitários já bastante conhecidos -, não havia, até hoje, um ranking voltado especificamente para o ensino a distância” explica Gabriela Pereira, diretora regional do Canvas, instituto responsável pelo EAD Ranking.

O projeto contou com o apoio da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), da Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento (ABTD), da Rede Brasileira de Pesquisa em Rankings, Índices e Tabelas, Classificatórias na Educação Superior (Rede Rankintacs) e do Grupo Gestão RH, o projeto tem como objetivo premiar cursos que estão se destacando e incentivando as melhores práticas na educação a distância.

Esse tipo de avaliação ajuda o estudante a não perder tempo, nem dinheiro visto que o número de cursos à distância tem crescido no Brasil. Segundo o Censo da Educação Superior, realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), as matrículas no EAD alcançaram quase 1,8 milhão em 2017, o equivalente a 21,2% do total de matrículas em todo o ensino superior.

Semelhante aos rankings universitários tradicionais, o EAD Ranking inclui mais de 200 cursos, em diversos níveis e áreas de interesse. “Avaliamos cursos livres, técnicos e de extensão e utilizamos como critério a capacidade tecnológica, a proporção de professores e tutores e a reputação no mercado de trabalho”, diz.

O curso de maior pontuação no Brasil foi um pós-graduado em Gestão Pública com ênfase em Auditoria e Controle na FECAP de São Paulo, seguido pelo curso de Assistente Administrativo, do Senai RJ e a Pós-Graduação em Produção de Grãos, pela Rehagro, de Minas Gerais. Para conferir o ranking, acesse o site.

Como observa Gabriela, em um país tão grande quanto o Brasil, o ensino a distância oferece a milhares de estudantes a oportunidade de acessar conteúdos educacionais de alta qualidade sem ter que sair de casa. “Facilitou muito para uma pessoa do interior, por exemplo, fazer um curso que antes só teria em São Paulo, a EAD encurta distâncias, mas é preciso saber escolher.”

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Future-se - consulta pública entra na última semana

Os cidadãos que pretendem contribuir para a construção do programa "Future-se" têm até as 23h59 do dia 15 de agosto para enviar as sugestões. De acordo com o Ministério da Educação, mais de 34 mil pessoas se cadastraram no sistema de consulta pública e mais de 10.900 comentários já foram recebidos pelo MEC. Lançado em 17 de julho, o "Future-se" tem como objetivo dar autonomia na gestão das universidades e institutos federais.

A consulta pública tem duas etapas. Na primeira, o participante pode escolher três opções para cada capítulo: "totalmente claro", "claro com ressalvas" e "não está claro". Além disso, há espaço para incluir observações por escrito no fim de cada capítulo. Já na segunda etapa, o participante pode utilizar um campo de texto para fazer comentários gerais sobre o tema e enviar propostas.

Para participar, é preciso criar um cadastro com e-mail e CPF na plataforma da consulta pública, que pode ser acessada pelo portal do MEC. Somente os cadastrados podem participar da consulta. Os interessados precisam preencher um perfil, indicando sua cidade e estado, faixa etária, nível de escolaridade e ocupação.

* Com informações do Ministério da Educação

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

MEC bloqueia R\$ 348 milhões do orçamento de materiais didáticos

O valor corresponde ao contingenciamento da pasta anunciado em julho

O Ministério da Educação bloqueou R\$ 348,4 milhões da produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a Educação Básica. O valor corresponde ao contingenciamento da pasta anunciado em julho pelo governo federal como parte de um pacote de cortes de 1,442 bilhão em diversos ministérios.

Os dados foram levantados a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), do governo federal, pela ONG Contas Abertas.

O custo bloqueado da Educação era voltado também a acervos para bibliotecas, softwares, jogos educacionais e materiais sobre gestão escolar, inclusive em formatos acessíveis. Em abril, já havia sido anunciado o contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões da pasta.

No Siafi, a ação que teve corte é descrita como uma forma de “ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024”.

Em nota, o Ministério da Educação afirmou que “a produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica está garantido para 2020”. “O Programa Nacional do Livro Didático possui um cronograma específico de pagamento que não será afetado. À medida de uma evolução positiva do cenário fiscal do país, observadas as diretrizes da gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público, esses valores podem ser objeto de descontingenciamento.”

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

MEC bloqueia orçamento de livros

O Ministério da Educação bloqueou R\$ 348,4 milhões da produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a Educação Básica. O valor corresponde ao contingenciamento da pasta anunciado em julho pelo governo federal como parte de um pacote de cortes de 1,442 bilhão em diversos ministérios. Os dados foram levantados a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), do governo federal, pela ONG Contas Abertas. O custo bloqueado da Educação era voltado também a acervos para bibliotecas, softwares, jogos educacionais e materiais sobre gestão escolar, inclusive em formatos acessíveis. Em abril, já havia sido anunciado o contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões da pasta.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

MEC aciona Polícia Federal para apurar indício de ataque a sistemas do ministério

Ministro da pasta, Abraham Weintraub relatou que há possíveis indícios do ato criminoso

O Ministério da Educação (MEC) acionou a Polícia Federal para investigar supostos indícios de ataques a sistemas online da pasta. Sistemas do ProUni e Fies estão tendo instabilidade pelo menos desde a semana passada e ficaram fora do ar por alguns períodos. O ministério não descarta alterações em prazos para estudantes, uma vez que os funcionamentos ainda não foram totalmente estabilizados, mas não anunciou nada por enquanto.

As inscrições para bolsas remanescentes do Prouni estão abertas até o dia 30 de setembro. Para quem ainda não estiver matriculado em uma instituição de ensino, o prazo atual termina dia 16 de agosto. A ideia é que haja prorrogação de prazo em período igual à indisponibilidade, caso o governo apure a necessidade.

"Há indícios de sabotagem que nos levaram a chamar a polícia federal para investigar", disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em coletiva de imprensa na manhã desta quinta-feira (8).

O governo não divulgou quais são os indícios do suposto ataque. O superintendente regional do Distrito Federal da Polícia Federal, Márcio Nunes de Oliveira, disse que ainda não teve acesso às informações e que, portanto, não há investigação formal.

"Desconheço ainda os ataques. Acabamos de ser informados da ocorrência de possíveis indícios de anormalidade no ministério. Está sendo enviado para a polícia", disse.

Também foram afetados outros dois sistemas operacionais da pasta: o Simec (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação), que faz a interface com municípios e estados para a prestação de contas de obras, por exemplo,

e o Presença, usado para o envio de relatórios de assiduidade de estudantes cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família.

topo ↕

AGORA - MS - TEMPO REAL

Pibid de Educação Física da UNIGRAN realiza oficina de materiais pedagógicos

O curso de licenciatura em Educação Física realizou, na manhã do último sábado (3), uma oficina de materiais pedagógicos com os alunos bolsistas e professores supervisores participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid da UNIGRAN. Três Escolas Municipais são parceiras do programa: Sócrates Câmara, no Jardim Canaã I, Efantina de Quadros, no Jardim Flórida e Loide Bonfim Andrade, no Jardim Água Boa.

Sonia Maria Borges de Oliveira, coordenadora institucional do Pibid, explica que a Instituição aderiu ao programa no ano passado. “Em março de 2018 a Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] abriu o edital vimos aí uma oportunidade de levar os alunos para escola já no início da graduação. Então nos cadastramos, fomos aprovados e a partir disso fizemos seleção dos alunos interessados e das escolas que os receberiam”, disse.

O Pibid oferece bolsas de iniciação à docência aos estudantes de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior, a escola e os sistemas estaduais e municipais.

Sobre o objetivo da atividade, a professora Sonia mencionou que na oficina foram confeccionados os ‘pega varetas gigante’, que é tanto para o aluno aprender a fazer, quanto utilizar nas aulas de Educação Física. “Todos os materiais foram adquiridos com recursos do próprio programa e ainda fizemos a entrega de materiais esportivos para serem utilizados nas aulas de Ginástica das escolas parceiras. Em agosto faz um ano que iniciamos as atividades no Pibid, proporcionando aos nossos alunos o contato com o cotidiano escolar”, falou.

Cada escola possui oito bolsistas da UNIGRAN e disponibiliza um professor supervisor que acompanha e orienta as atividades executadas.

Ester Domingues de Moraes, professora da Escola Loide Bonfim Andrade, destacou o trabalho realizado pelos bolsistas. “Os pibidianos são um presente para nós, tanto para os professores quanto para a escola, porque eles vão para somar, contribuir, e nos ajudam muito. Para eles também é uma experiência muito boa, porque só o estágio não é suficiente, com o Pibid, eles ficam cerca de um ano a um ano e meio na escola observando todas as atividades, o dia a dia que tem dentro da quadra e o comportamento dos alunos. Estamos muito felizes com eles, pois são parceiros, colaboradores e agradeço muito à UNIGRAN por ter aderido ao programa”, agradeceu.

Já a bolsista Geovana Gonçalves Chamorro, acadêmica do 6º semestre, apontou algumas contribuições do programa para a formação. “Participar do Pibid nos dá muita experiência com as turmas, que são de diferentes idades, e como trabalhar com cada uma delas. Por meio dele, vivenciamos como é ser professor dentro da Escola. Foi a melhor oportunidade que eu tive e que está contribuindo muito com a minha vida

profissional”, informou.

Além do curso de licenciatura em Educação Física, também participa do Pibid UNIGRAN o curso de Pedagogia. No total, 48 acadêmicos recebem uma bolsa financeira mensal e têm a oportunidade de articular a teoria com a prática, iniciando a docência desde os anos iniciais da graduação, por meio do programa que é vinculado à Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes**.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Justiça autoriza emprego da Força Nacional em apoio ao Ministério da Educação

O Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Educação, nas ações de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, na defesa dos bens e dos próprios da União, em caráter episódico e planejado, nos dias 7, 12 e 13 de agosto de 2019. Apesar da autorização já prever ação desde a quarta-feira, 6, dia 7, a Portaria está publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 8. A portaria diz ainda que, se necessário for e houver solicitação do MEC, a período de uso da Força Nacional poderá se prorrogado.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) está convocando manifestação dos estudantes para o dia 13 de agosto em todo o País. O movimento é contra os cortes na educação, em defesa da autonomia universitária e contra o projeto Future-se do MEC.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MEC aciona Polícia Federal para apurar indício de ataque a sistemas do ministério

Foram identificadas instabilidades no ProUni, Fies e em sistemas operacionais da pasta

O MEC (Ministério da Educação) acionou a Polícia Federal para investigar supostos indícios de ataques a sistemas online da pasta.

Sistemas do ProUni e Fies estão tendo instabilidade pelo menos desde a semana passada e ficaram fora do ar por alguns períodos. O ministério não descarta alterações em prazos para estudantes, uma vez que os funcionamentos ainda não foram totalmente estabilizados, mas não anunciou nada por enquanto.

As inscrições para bolsas remanescentes do Prouni estão abertas até o dia 30 de setembro. Para quem ainda não estiver matriculado em uma instituição de ensino, o prazo atual termina dia 16 de agosto.

A ideia é que haja prorrogação de prazo em período igual à indisponibilidade, caso o governo apure a necessidade.

"Há indícios de sabotagem que nos levaram a chamar a polícia federal para investigar", disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em coletiva de imprensa na manhã desta quinta-feira (8).

O governo não divulgou quais são os indícios do suposto ataque. O superintendente regional do Distrito Federal da Polícia Federal, Márcio Nunes de Oliveira, disse que

ainda não teve acesso às informações e que, portanto, não há investigação formal.

"Desconheço ainda os ataques. Acabamos de ser informados da ocorrência de possíveis indícios de anormalidade no ministério. Está sendo enviado para a polícia", disse.

Também foram afetados outros dois sistemas operacionais da pasta: o Simec (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação), que faz a interface com municípios e estados para a prestação de contas de obras, por exemplo, e o Presença, usado para o envio de relatórios de assiduidade de estudantes cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC aciona Polícia Federal para apurar indício de ataque a sistemas do ministério

Foram identificadas instabilidades no ProUni, Fies e em sistemas operacionais da pasta

O MEC (Ministério da Educação) acionou a Polícia Federal para investigar supostos indícios de ataques a sistemas online da pasta.

Sistemas do ProUni e Fies estão tendo instabilidade pelo menos desde a semana passada e ficaram fora do ar por alguns períodos. O ministério não descarta alterações em prazos para estudantes, uma vez que os funcionamentos ainda não foram totalmente estabilizados, mas não anunciou nada por enquanto.

As inscrições para bolsas remanescentes do Prouni estão abertas até o dia 30 de setembro. Para quem ainda não estiver matriculado em uma instituição de ensino, o prazo atual termina dia 16 de agosto.

A ideia é que haja prorrogação de prazo em período igual à indisponibilidade, caso o governo apure a necessidade.

"Há indícios de sabotagem que nos levaram a chamar a polícia federal para investigar", disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em coletiva de imprensa na manhã desta quinta-feira (8).

O governo não divulgou quais são os indícios do suposto ataque. O superintendente regional do Distrito Federal da Polícia Federal, Márcio Nunes de Oliveira, disse que ainda não teve acesso às informações e que, portanto, não há investigação formal.

"Desconheço ainda os ataques. Acabamos de ser informados da ocorrência de possíveis indícios de anormalidade no ministério. Está sendo enviado para a polícia", disse.

Também foram afetados outros dois sistemas operacionais da pasta: o Simec (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação), que faz a interface com municípios e estados para a prestação de contas de obras, por exemplo, e o Presença, usado para o envio de relatórios de assiduidade de estudantes cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Contingenciamento ou corte nas universidades? Explicamos

Apesar de, tecnicamente, os dois termos serem diferentes, na prática, em um ano como 2019, eles acabam significando a mesma coisa

O anúncio da redução nos investimentos em educação , feito no mês passado, provocou dúvidas registradas nas principais pesquisas feitas pelos brasileiros na internet: Afinal, foi corte , bloqueio ou contingenciamento ? E o que significa contingenciamento ?

As duas palavras foram protagonistas em cartazes e palavras de ordem registrados nas manifestações da última quarta-feira (15). Veja aqui uma explicação do que representa o bloqueio feito no orçamento do Ministério da Educação .

Por definição do próprio Ministério da Economia, contingenciar significa atrasar ou não fazer um pagamento. A decisão sobre o uso desse montante vai depender do comportamento das receitas, ou seja, do recolhimento de impostos.

Isso significa que a parte contingenciada do orçamento não pode ser usada até a segunda ordem, e o pagamento para o qual essas verbas estavam destinadas pode não ocorrer se a arrecadação deste ano cair excessivamente. Os dados da equipe econômica indicam que a tendência para 2019 é de queda na arrecadação. Ou seja, se isso se confirmar, o pagamento destas contas não será mesmo feito.

Corte ou contingenciamento?

Em um corte , o dinheiro afetado deixa de fazer parte do orçamento na mesma hora. Já em um contingenciamento , como explica o MEC em um vídeo publicado no Twitter, "caso a economia melhore, os valores poderão ser desbloqueados".

No entanto, apesar de tecnicamente contingenciamento e corte serem termos diferentes, na prática eles acabam significando a mesma coisa em um ano como 2019. Isso acontece porque a arrecadação está baixa, fazendo com que, ao fim do prazo determinado, a ordem seja de não usar esse dinheiro.

Em função do baixo crescimento da economia, as receitas da União caíram. Por isso, o governo já bloqueou quase R\$ 30 bilhões do orçamento. Como a arrecadação continua em queda livre, na próxima semana, um novo contingenciamento de até R\$ 10 bilhões deve ser anunciado. Ou seja, um somatório de contas equivalente a esse valor deverá ficar em suspenso até a segunda ordem. E é possível que, se a economia não melhorar, essas contas não sejam pagas.

Quem decide quais contas serão contingenciadas

Na hora em que o contingenciamento é feito, o Ministério da Economia distribui os valores que deverão ficar suspensos de acordo com as necessidades de cada pasta. No bloqueio, a legislação também prevê que emendas parlamentares (exceto aquelas que são de execução obrigatória) percam efeito na mesma proporção que o corte feito para os ministérios.

Contudo, quando o valor do corte chega a um ministério, é o comando da própria pasta que define quais contas terão o pagamento afetado, respeitando a proporção das emendas parlamentares. Ou seja, depois de o Ministério da Economia determinar o valor que deve ser contingenciado, cabe ao ministro da Educação, por exemplo, definir quais as contas de sua pasta serão alvo do "aperto de cinto", nas palavras do ministro Abraham Weintraub.

O contingenciamento nas contas das universidades

No caso específico das universidades federais, esse pagamento em suspenso pode se referir, por exemplo, a contas de luz, água e telefone, ou contratos com terceirizados. Tudo isso está em uma parte do orçamento universitário chamado "discricionário". Segundo a lei, essa parte das contas pode sofrer atrasos. Já a outra parte do orçamento universitário, que não pode ter atrasos, se chama "orçamento obrigatório": são as dívidas, os salários de concursados e as aposentadorias.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Bloqueio de R\$ 348,4 milhões do MEC será em livros didáticos Medida ocorre para atender ao novo contingenciamento geral de R\$ 1,44 bilhão, anunciado pelo governo federal em julho

RIO — O Ministério da Educação (MEC) bloqueou R\$ 348,4 milhões que deveriam ser aplicados na produção, aquisição, distribuição de livros e de materiais didáticos e pedagógicos da Educação Básica, área considerada prioritária pelo ministro Abraham Weintraub .

O bloqueio ocorre para atender ao novo contingenciamento de R\$ 1,44 bilhão, anunciado pelo governo federal em julho. Na época, o governo divulgou que o Ministério da Educação deveria bloquear justamente R\$ 348,47 milhões (24,1% do total).

Os dados são do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira) e foram divulgados pela ONG Contas Abertas que, desde o anúncio do novo contingenciamento, monitora o sistema para saber quais áreas serão afetadas.

A reportagem questionou ao MEC sobre a abrangência da medida. O ministério respondeu com uma nota, que não estipula prazo para o desbloqueio da verba:

"A produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica está garantida para 2020. O Programa Nacional do Livro Didático possui um cronograma específico de pagamento que não será afetado. À medida de uma evolução positiva do cenário fiscal do país, observadas as diretrizes da gestão fiscal responsável e a eficiência do gasto público, esses valores podem ser objeto de descontingenciamento".

Os recursos contingenciados deveriam ir para obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros.

A educação básica inclui o ensino fundamental, médio e a educação de jovens e adultos.

O contingenciamento no MEC para o mês de agosto, com dados até o dia 5, também inclui bloqueio de R\$ 50 milhões para assessoramento e assistência técnica de organismos internacionais; R\$ 35 milhões para a avaliação da educação básica; e R\$ 9 milhões para bolsas e auxílios do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Não afeta em nada

Após reunião com integrantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), o secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, explicou o motivo de o novo bloqueio de verbas de R\$ 348,4 milhões terem incidido sobre livros e materiais didáticos e pedagógicos da educação básica.

— Esse contingenciamento a gente acredita que vai ser descontingenciado ali na frente, e esse montante não afeta em nada a distribuição do livro didático, e se a gente não fizesse aqui, iria ter que fazer em um outro local que teria um impacto maior —, disse.

O secretário afirmou, também, que a pasta apenas segue o que é determinado pelo Ministério da Economia, responsável por definir os valores que devem ser bloqueados.

— Se eu não fizer o contingenciamento, sou punido por improbidade administrativa. Ninguém faz isso [contingenciar] porque quer ou porque gosta. Eu vou contingenciar o quê? Mais das universidades? Mais ainda nas bolsas da **Capes**? Onde enxergo que posso postergar um pouco mais, coloco ali naquela rubrica —, defendeu.

O bloqueio pegou os envolvidos na produção de livros didáticos de surpresa. João Scortecci, diretor setorial editorial da Associação Brasileira da Indústria Gráfica diz que o setor está "perplexo, desorientado e sem saber no que acreditar".

Ele estima que a produção de livro didáticos movimente cerca de R\$ 120 milhões e representa aproximadamente 40% de todo o faturamento da área. Scortecci cita problemas de comunicação com o MEC e diz que os empresários do ramo estão abertos a conversar com representantes da pasta para chegar a uma solução para o impasse.

— Olha, o estrago está feito. Pode amenizar? Pode. Como? Primeiro, jogando limpo. Se você chegar com franqueza, é possível que o mercado tente se adaptar. O que vi é que não há uma lógica (para as decisões). Aquilo que não tem critério, é assustador. Fica a sensação que amanhã pode vir outra coisa.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC aciona Polícia Federal para apurar indício de ataque a sistemas do ministério

Foram identificadas instabilidades no ProUni, Fies e em sistemas operacionais da pasta

O MEC (Ministério da Educação) acionou a Polícia Federal para investigar supostos indícios de ataques a sistemas online da pasta.

Sistemas do ProUni e Fies estão tendo instabilidade pelo menos desde a semana passada e ficaram fora do ar por alguns períodos. O ministério não descarta alterações em prazos para estudantes, uma vez que os funcionamentos ainda não foram totalmente estabilizados, mas não anunciou nada por enquanto.

As inscrições para bolsas remanescentes do Prouni estão abertas até o dia 30 de setembro. Para quem ainda não estiver matriculado em uma instituição de ensino, o prazo atual termina dia 16 de agosto.

A ideia é que haja prorrogação de prazo em período igual à indisponibilidade, caso o

governo apure a necessidade.

"Há indícios de sabotagem que nos levaram a chamar a polícia federal para investigar", disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em coletiva de imprensa na manhã desta quinta-feira (8).

O governo não divulgou quais são os indícios do suposto ataque. O superintendente regional do Distrito Federal da Polícia Federal, Márcio Nunes de Oliveira, disse que ainda não teve acesso às informações e que, portanto, não há investigação formal.

"Desconheço ainda os ataques. Acabamos de ser informados da ocorrência de possíveis indícios de anormalidade no ministério. Está sendo enviado para a polícia", disse.

Também foram afetados outros dois sistemas operacionais da pasta: o Simec (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação), que faz a interface com municípios e estados para a prestação de contas de obras, por exemplo, e o Presença, usado para o envio de relatórios de assiduidade de estudantes cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Justiça autoriza emprego da Força Nacional em apoio ao Ministério da Educação

O Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Educação, nas ações de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, na defesa dos bens e dos próprios da União, em caráter episódico e planejado, nos dias 7, 12 e 13 de agosto de 2019. Apesar da autorização já prever ação desde a quarta-feira, 6, dia 7, a Portaria está publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 8. A portaria diz ainda que, se necessário for e houver solicitação do MEC, a período de uso da Força Nacional poderá se prorrogado.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) está convocando manifestação dos estudantes para o dia 13 de agosto em todo o País. O movimento é contra os cortes na educação, em defesa da autonomia universitária e contra o projeto Future-se do MEC.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Justiça autoriza emprego da Força Nacional em apoio ao Ministério da Educação

O Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Educação, nas ações de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, na defesa dos bens e dos próprios da União, em caráter episódico e planejado, nos dias 7, 12 e 13 de agosto de 2019. Apesar da autorização já prever ação desde a quarta-feira, 6, dia 7, a Portaria está publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 8. A portaria diz ainda que, se necessário for e houver solicitação do MEC, a período de uso da Força Nacional poderá se prorrogado.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) está convocando manifestação dos estudantes para o dia 13 de agosto em todo o País. O movimento é contra os cortes na educação, em defesa da autonomia universitária e contra o projeto Future-se do MEC.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Justiça autoriza emprego da Força Nacional em apoio ao Ministério da Educação

O Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Educação, nas ações de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, na defesa dos bens e dos próprios da União, em caráter episódico e planejado, nos dias 7, 12 e 13 de agosto de 2019. Apesar da autorização já prever ação desde a quarta-feira, 6, dia 7, a Portaria está publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 8. A portaria diz ainda que, se necessário for e houver solicitação do MEC, a período de uso da Força Nacional poderá se prorrogado.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) está convocando manifestação dos estudantes para o dia 13 de agosto em todo o País. O movimento é contra os cortes na educação, em defesa da autonomia universitária e contra o projeto Future-se do MEC.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Weintraub sobre cortes orçamentários: Nada vai ser afetado

O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, garantiu que, apesar do contingenciamento de recursos da pasta, nada vai ser afetado. "Nada vai ser afetado, a gente está administrando uma situação de crise deixada por governo passado. Nenhum serviço será atingido."

O MEC determinou o bloqueio de R\$ 348,4 milhões para ações com livros didáticos, para atender ao novo contingenciamento na pasta fixado pelo governo, no valor de R\$ 1,44 bilhão. O secretário executivo da pasta, Antonio Paulo Vogel, disse que a medida não trará reflexos imediatos ao programa, uma vez que os livros já foram adquiridos. E que a expectativa é de que recursos sejam desbloqueados ao longo do ano, o que permitirá retornar as atividades.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Moro autoriza que Força Nacional faça segurança do prédio do MEC em dia de protesto

O Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Educação, nas ações de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, na defesa dos bens e dos próprios da União, em caráter episódico e planejado, nos dias 7, 12 e 13 de agosto de 2019.

Apesar de a autorização já prever ação desde ontem, a portaria está publicada no Diário Oficial da União de hoje. A portaria diz ainda que, se necessário for e houver solicitação do MEC, o período de uso da Força Nacional poderá se prorrogado.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) está convocando manifestação dos estudantes para o dia 13 de agosto em todo o País. O movimento é contra os cortes na educação, em defesa da autonomia universitária e contra o projeto Future-se do MEC.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Weintraub sobre cortes orçamentários: Nada vai ser afetado

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante apresentação do programa Future-se - Reprodução

O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, garantiu que, apesar do contingenciamento de recursos da pasta, nada vai ser afetado.

"Nada vai ser afetado, a gente está administrando uma situação de crise deixada por governo passado. Nenhum serviço será atingido", disse hoje.

O MEC determinou o bloqueio de R\$ 348,4 milhões para ações com livros didáticos, para atender ao novo contingenciamento na pasta fixado pelo governo, no valor de R\$ 1,44 bilhão.

O secretário executivo da pasta, Antonio Paulo Vogel, disse que a medida não trará reflexos imediatos ao programa, uma vez que os livros já foram adquiridos. E que a expectativa é de que recursos sejam desbloqueados ao longo do ano, o que permitirá retornar as atividades.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Insatisfeita após reunião com Weintraub, UNE quer mobilizar 80 cidades

Dirigentes da UNE (União Nacional dos Estudantes) recebidos ontem em Brasília pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmam ter saído do encontro sem respostas concretas. O presidente da entidade, Iago Montalvão, aposta nos atos marcados para a próxima terça-feira (13) para fortalecer a cobrança pelo fim dos cortes dos orçamentos das universidades federais.

"O ministro não deu respostas claras, disse que pode ser que descontingenciem [as verbas] esse ano, mas não pode se comprometer. O que vai fazer com que as bolsas e os recursos sejam devolvidos para as universidades é continuar a mobilização nas ruas. O dia 13 de agosto é muito central para nós a partir de agora", diz o líder estudantil.

De acordo com ele, os estudantes universitários têm protestos marcados em mais de 80 cidades do país na terça, o que inclui todas as unidades da federação.

Para Montalvão, o encontro com Weintraub representou uma abertura, embora tenha sido "pouco produtivo". "Foi importante abrir esse canal de diálogo. Foi um reconhecimento da nossa luta, das mobilizações estudantis, das intervenções que a gente fez exigindo que os estudantes fossem ouvidos"

Ministro nega ter curtido imagem violenta na web

Os quatro representantes da UNE presentes ao encontro comentaram com o ministro o fato de ele ter curtido recentemente no Twitter uma imagem de tacos de baseball cobertos de arame farpado com a frase "Pedindo à UNE voltar ao MEC com badernas, que há DOCINHOS para eles!!!".

"Cobramos bastante o comportamento que ele teve em outros espaços. Ele falou que não é da praia dele [curtir post com insinuação de violência] e que alguém curtiu por engano. Cobramos respeito com a UNE. Acreditamos que a gente conquistou esse respeito, mas não sabemos o que vai ser daqui em diante. Não se apresentou nada de concreto", afirma Montalvão.

A UNE também pediu o fim de cortes no Prouni e levou ao ministro uma carta com mais de 2.000 assinaturas, incluindo as de 200 entidades, contra o programa Future-se,

apresentado pelo MEC. Para Montalvão, o governo falhou ao não consultar reitores, professores e estudantes na elaboração da proposta do Future-se. Para Montalvão, não está claro que papel o projeto daria às organizações sociais na gestão das universidades.

Ele afirma que a autonomia universitária seria atacada caso elas passassem a gerir o ensino, a pesquisa e a extensão. "Isso tem a ver com contratação de professores, com destinação das verbas de pesquisas e o gerenciamento das atividades-fim da universidade. E não nos deram uma explicação mais clara. Parece que é uma coisa que não querem falar muito".

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Weintraub sobre cortes orçamentários: 'Nada vai ser afetado'

O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, garantiu que, apesar do contingenciamento de recursos da pasta, nada vai ser afetado. "Nada vai ser afetado, a gente está administrando uma situação de crise deixada por governo passado. Nenhum serviço será atingido."

O MEC determinou o bloqueio de R\$ 348,4 milhões para ações com livros didáticos, para atender ao novo contingenciamento na pasta fixado pelo governo, no valor de R\$ 1,44 bilhão. O secretário executivo da pasta, Antonio Paulo Vogel, disse que a medida não trará reflexos imediatos ao programa, uma vez que os livros já foram adquiridos. E que a expectativa é de que recursos sejam desbloqueados ao longo do ano, o que permitirá retornar as atividades.